

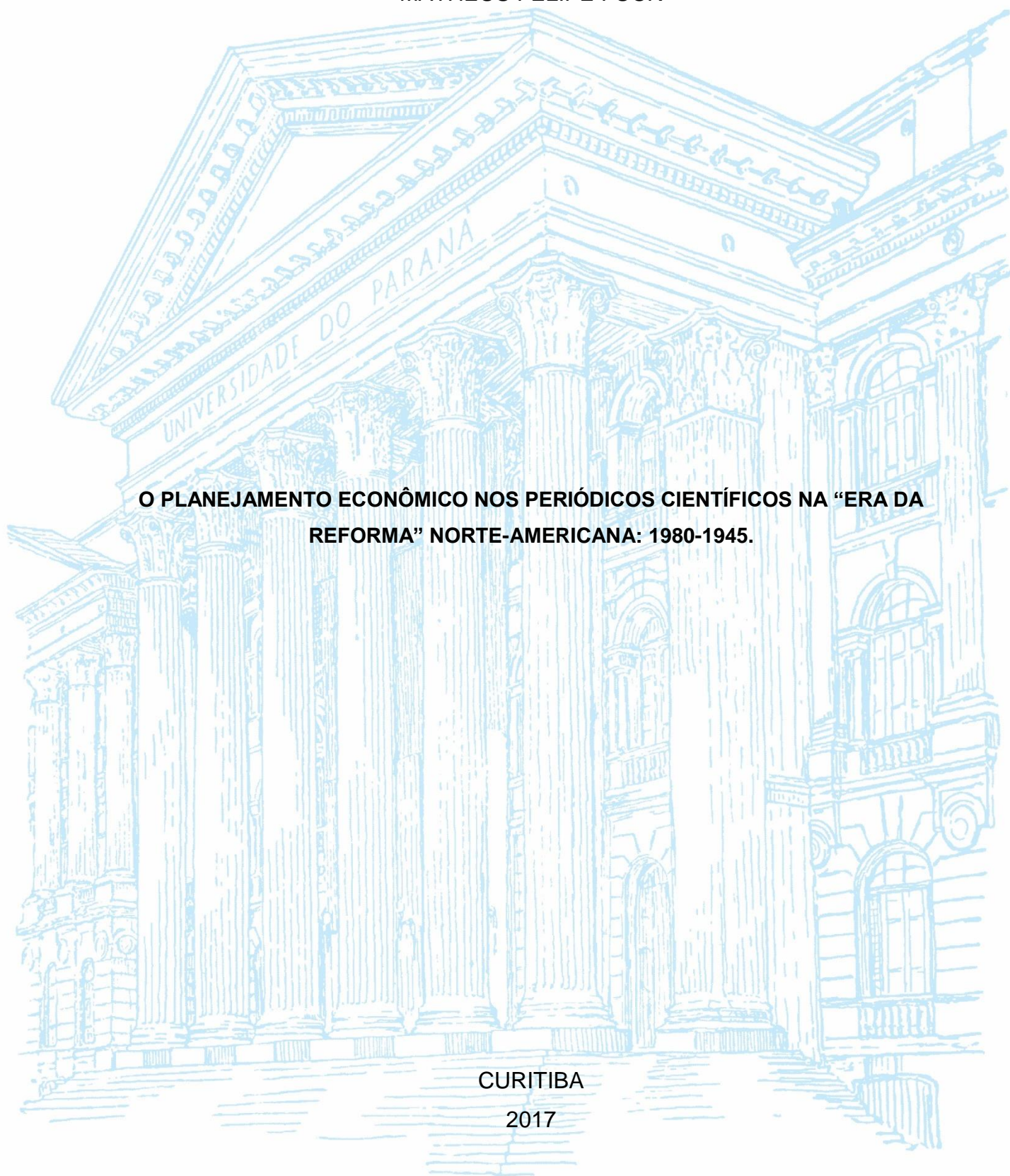
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS FELIPE FUCK

**O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NA “ERA DA
REFORMA” NORTE-AMERICANA: 1980-1945.**

CURITIBA

2017



MATHEUS FELIPE FUCK

**O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NA “ERA DA
REFORMA” NORTE-AMERICANA: 1980-1945.**

Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Economista,
Curso de Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

MATHEUS FELIPE FUCK

O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NA “ERA DA REFORMA” NORTE-AMERICANA: 1980-1945.

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Economista, Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Antônio Cavalieri
Orientador – Departamento de Economia - UFPR

Prof. Dr. Eduardo Angeli
Departamento de Economia - UFPR

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida
Departamento de Economia - UFPR

Curitiba, 08 de dezembro 2017.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus por estar me permitindo cumprir esta etapa importante da minha vida.

À família que sempre apoiou minhas decisões e esteve ao meu lado nos tempos difíceis.

À minha amada esposa, que sempre me motivou a dar o meu melhor e auxiliou em questões pontuais nas diversas atividades acadêmicas ao longo do caminho.

Ao meu amigo Roland Braun, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado pela impossibilidade de acesso a uma porção de artigos importantes.

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O intuito da presente pesquisa consiste em mostrar a relevância, exibir os objetivos, os meios e a maneira como se dava a compatibilidade com a democracia, no que concerne ao planejamento econômico especificamente tratado nos periódicos das ciências sociais do período reformista estadunidense (1890-1945). Para tanto, usou-se a base de dados JSTOR, os periódicos do período assinalado nela contidos e bibliografia especializada na referida época. Quanto aos métodos, sucedeu-se uma busca por artigos com uma série de filtros, análise dos periódicos, e uso da bibliometria. Com o uso desta verificou-se forte predominância dos artigos na década de trinta e quarenta. Quanto ao conteúdo dos periódicos, observou-se que os objetivos apontados pelos advogados do planejamento ficam no entorno de temas correlatos à estabilidade econômica. Um planejamento de poder indutivo e adaptação difusa, consistente com os mecanismos de mercado e a busca do lucro, foi a modalidade mais presente. A compatibilização do planejamento com a democracia se deu condicionada a diferentes concepções a respeito desta última.

Palavras-chave: Planejamento, controle social, democracia, ciências sociais.

ABSTRACT

The purpose of the present research is to show the relevance, the objectives, the means and the way in which the compatibility with democracy was given, with respect to the economic planning specifically dealt with in the periodicals of the social sciences of the American reformist period (1890-1945). For that, the JSTOR database was used, as well as periodicals of the indicated period in it and specialized bibliography on that time. In what concern the methods, a search for articles through a series of filters and their subsequent analysis, and the use of bibliometrics were carried out. With the use of the latter it was verified a strong predominance of the periodicals in the thirties and forties. Regarding their content, it was observed that the objectives pointed out by the planning lawyers are related to issues surrounding the economic stability. A planning of inductive power and diffuse adaptation, consistent with market mechanisms and the search for profit, was the most present modality. The conciliation of the planning with the democracy was conditioned to different conceptions about the latter.

Key-words: Planning, social control, democracy, social sciences.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	9
3	MATERIAIS E MÉTODOS.....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1	A RELEVÂNCIA DO TEMA NO PERÍODO ASSINALADO.....	17
4.2	O TRATAMENTO DOS ASSUNTOS NOS PERIÓDICOS.....	18
4.2.1	Considerações.....	18
4.2.2	Objetivos do planejamento econômico.....	18
4.2.3	Os meios.....	22
4.2.3.1	A visão de Hans Speier e Karl W. Kapp.....	22
4.2.3.2	Confluências.....	26
4.2.3.3	Planejamento direto.....	27
4.2.3.4	Planejamento indireto.....	28
4.2.3.5	Conclusão acerca dos meios.....	31
4.2.4	Compatibilização do planejamento com a democracia.....	32
5	CONCLUSÕES.....	35
6	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem seu interesse direcionado ao período histórico estadunidense denominado pelo historiador Richard Hofstadter (1955) “A Era da Reforma”, a qual se insere entre 1890 e o fim da Segunda Guerra Mundial. Tal reformismo teve seu impulso oriundo das condições da então “*Gilded Age*”.

A “*Gilded Age*” foi o período seguinte à Guerra de Secessão (1861-1865) norte-americana no qual se vislumbrou um rápido crescimento econômico com grandes problemas sociais associados. Assistiu-se então à emergência das grandes corporações monopolistas e da subordinação da democracia a elas. A pujança econômica do período conviveu com precárias condições de vida e trabalho e principalmente com a ansiedade de que o país estava sendo controlado por umas poucas corporações. Além disto, a baixa das negociações de magnatas e a corrupção generalizada corroboravam para chocar o americano médio (HOFSTADTER, 1955).

Opondo-se a este cenário, um movimento reformista passa a ocorrer, e se estenderia e se transformaria ao longo da primeira metade do século. No início deste século ele passa a ter por base uma classe média de profissionais que almejava reestruturar a sociedade de acordo com os conhecimentos de suas especialidades (WIEBE, 1991). Este período ficou conhecido como a Era Progressiva. A ciência social, como não poderia deixar de ser, participou ativamente desse debate. No momento em que as disciplinas da economia, ciência política, história e sociologia se profissionalizavam e criavam departamentos universitários, publicações especializadas e associações (ROSS, 1991), sua ênfase recaía sobre o fato de que essas novas ciências – agora profissionalizadas – poderiam dar solução aos problemas identificados pelos progressistas, e uma das formas de fazê-lo era através do planejamento econômico (WIEBE, 1991). Entretanto, gostariam de o fazer sem enveredar para moldes soviéticos (BALISCIANO, 1998).

Tendo em vista a importância auferida e impulsionada pelos progressistas de então ao planejamento econômico, bem como a relevância deste no que se sucede ao longo da primeira metade do século XX – o qual vivenciou a Grande Depressão e o esforço das duas Grandes Guerras -, o trabalho que por ora se apresenta tem por intuito verificar nos importantes periódicos científicos em ciências sociais as ideias sobre planejamento em voga nos Estados Unidos nesta era de

reforma (1890-1945). A pesquisa questiona-se sobre quais eram os objetivos e como os cientistas sociais de então viam sua compatibilidade com a democracia. Tais questões são relevantes num contexto em que se vivenciou o surgimento e o estabelecimento da União Soviética, exemplo este que não encontrava eco nos ideais estadunidenses embora partilhassem parte de suas preocupações.

Para realizar o estudo, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica dos artigos na fonte JSTOR seguindo diversos filtros relacionados. Em posse destes artigos, partiu-se para análise dos mesmos, buscando elucidar as questões e erigir classificações para formas de pensamentos. Neste esforço, se destacaram os trabalhos do economista Karl W. Kapp e do sociólogo Hans Speier, os quais trazem uma classificação básica das formas de planejamento, “direto” e “indireto”, tipificação essa que é explorada no desenvolvimento do presente trabalho e traz luz para questões dos meios utilizados no planejamento e de sua consistência com a democracia. Usou-se também da técnica bibliométrica de modo a identificar o desenvolvimento da relevância do assunto planejamento no período delimitado da pesquisa (1890-1945).

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente trabalho tem como foco o período histórico estadunidense denominado pelo historiador Richard Hofstadter “*The Age of Reform*”, título do seu livro de 1955. A Era da Reforma compreende os anos entre 1890 e o fim da Segunda Guerra Mundial. Hofstadter (1955) afirma que este período de reforma teve apenas um hiato durante a década de vinte, sendo o impulso reformista marcado por três episódios: o levante agrário expressado no Populismo do final do século XIX, o movimento Progressivo entre 1900 e 1914, e o *New Deal* (1933-1937). O impulso pela reforma se deu como respostas às condições ensejadas pelo período compreendido entre o final da Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865) e a década de noventa do século XIX.

De acordo com Cavalieri (2009), o escritor Mark Twain em obra sua chamou o período referido como a “*Gilded Age*”. Nas palavras de Edwards, a obra *The Gilded Age* “*satirized get-rich-quick schemes and corruption in Washington, and its title suggested that America glittered on the outside while it rotted at the core*” (EDWARDS, 2006, p.6). O brilho norte-americano destes idos era sua pujança econômica, acompanhado de uma escalada do consumismo, das modernidades tecnológicas, bem como de seu ritmo vigoroso de urbanização e industrialização. A face obscura da moeda era a crescente pobreza, lassidão ética na regência dos negócios e a corrupção encarnada na subordinação do Estado aos grandes monopólios (CAVALIERI, 2009).

Hofstadter (1955) aponta que a vida política americana desta fase obscura foi marcada pela complacência. Esta seria quebrada pelo movimento Populista o qual, de acordo com o autor, “[...]which brought back to American public life a capacity for effective political indignation [...] released the flow of protest and criticism that swept through American political affairs from the 1890’s to the beginning of the first World War” (HOFSTADTER, 1955, p.60).

Wiebe (1991) chama atenção para o contraste que o americano médio vislumbrava em um período de inversão dos modos de ser e pensar aos quais estavam habituados. O país fundado em pequenas cidades agrárias, com uma sociedade calcada na pessoalidade, nos costumes e no protestantismo *yankee*, agora vislumbrava o efervescer das grandes cidades e o rompimento do lugar soberano ocupado pela comunidade e principalmente: as mazelas

supramencionadas. Wiebe (1991) afirma que o movimento reformista surge desse enfrentamento de instituições antigas com esta nova realidade.

Hofstadter (1955) assinala que a utopia dos populistas se remetia justamente àquele passado em que se vivera o ideal das pequenas comunidades e das propriedades autossuficientes. Nas palavras do autor:

“The Populist looked backward with longing to the lost agrarian Eden, to the republican America of the early years of the nineteenth century in which there were few millionaires and, as they saw it, no beggars, when the laborer had excellent prospects and the farmer had abundance, when statesmen still responded to the mood of the people and there was no such thing as the money power” (HOFSTADTER, 1955, p. 62).

Este poder do dinheiro (*money power*) é manifestado pelas práticas dos monopólios, dos trustes e das corporações ferroviárias, os quais, segundo os populistas, dobravam os joelhos da lei em benefício próprio, às custas do povo e da democracia (HOFSTADTER, 1955). Assim, uma cruzada contra este poder era a panaceia para toda injustiça e moléstias sociais. Para tanto, e aqui reside uma peculiar novidade na história americana, os populistas chamavam para o Governo Federal a responsabilidade de ajudar na consecução do bem comum.

A inserção do elemento do Estado como coautor na busca do bem público, assim como este papel exercido pelos populistas de terem sido o primeiro movimento com importância prática a atacar os problemas criados pela escalada da indústria na segunda metade do século XIX, reforça a relevância do movimento populista nesta era de reforma. Foi esta enérgica corrente de cunho agrário e com fito e anelos no passado, que a classe média encorpou com seu entusiasmo e reconduziu para reforma social e econômica (HOFSTADTER, 1955). É a partir de cerca de 1900 que esta nova onda de reforma toma corpo inaugurando a Era Progressiva.

Segundo Robert Wiebe (1991), a nova classe média que tomou as rédeas do movimento se caracterizava por uma identificação profissional, em uma época em que as ciências sociais se consolidavam enquanto profissão e formavam seus departamentos e associações (ROSS, 1991). Outro aspecto fundamental era o ímpeto que tinham de reformar a sociedade com base nas suas especialidades, e para isso dariam prosseguimento na atitude de trazer o Estado como contrapeso às investidas das grandes corporações. “A mudança durante o século XIX é a

percepção de que somente o Estado contido não basta” (CAVALIERI, 2009, p. 42). Wiebe (1991) traça uma diferença fundamental dos progressistas em relação aos populistas: se estes almejavam um retorno no tempo, aqueles miravam um futuro tecnificado, tendo como paradigma a burocracia, a impessoalidade e a maquinificação. Fazia-se a ordem técnica a ordem do dia.

Nestes tempos, a expressão “controle social” fora emblemática (LEONARD, 2009). Cunhada pelo sociólogo americano Edward A. Ross (1866-1951), se referia inicialmente mais do que a uma regulação do mercado – embora este fosse o sentido na qual geralmente se empregava -, abarcando a ingerência do Estado na formação dos indivíduos, e no limite, na composição étnica da população (eugenia). O controle social tinha no planejamento econômico uma das suas principais ferramentas.

Portanto, a tônica tomada pelo movimento era de um Estado forte, guiado por tecnocratas, com o intuito de conduzir a nação à eficiência e ao progresso econômico e social por meio do planejamento (KOZAK; STABILE, 2012). Os autores destacam, entretanto, que esta nova classe média se voltava mais para a reforma do que para o socialismo, de modo que a instituição mercado deveria ser mantida, mas deveria ser misturada à moral através do planejamento. Nesta configuração os autores inserem o movimento progressista do início do século XX como um episódio da história da chamada “economia moral”.

Segundo eles, esta expressão resguarda um significado que remonta a Platão e Aristóteles tendo como cerne a concepção de que o sistema econômico deveria propiciar uma sociedade baseada na virtude de modo que a finalidade não é o lucro, mas laços de amor e mútua assistência, com cada indivíduo se importando com o próximo. Os dois milênios cristãos seguiram na esteira dos gregos e também advogaram em favor da economia moral, reverberando em Smith e estendendo-se até os socialistas utópicos e a Karl Marx (KOZAK; STABILE, 2012). Estes almejavam os ganhos proporcionados pela economia de mercado – tecnológicos e materiais - mas viam no planejamento uma forma de compensar as privações humanas vistas em tal sistema. Kozak e Stabile (2012) apontam que os socialistas utópicos e Marx não evidenciaram diretamente a maneira como fazer tal sistema de planejamento. É justamente neste âmbito de medidas práticas para uma conversão em direção a uma economia moral que a Era Progressiva se encaixa. *“In this context we see the Progressive Era as the designing phase for the reforms that were need for US*

society to regain the moral economy that thinkers from Plato to Marx had envisioned" (KOZAK; STABILE, 2012, p.7).

Diante do exposto até aqui, nota-se que a Era Progressiva deu um forte impulso à questão do planejamento econômico, e procurou projetar e concretizar medidas que conduzissem a sociedade a um formato mais próximo do pregado pela economia moral. O planejamento seguiria sendo questão importante com as instabilidades que culminaram na Grande Depressão, onde os mecanismos de livre mercado foram duramente criticados na sua capacidade de manter a economia em equilíbrio, e a intervenção governamental entraria em cena.

Hofstadter (1955) expõe que há uma tendência de se encarar o episódio do *New Deal* enquanto uma continuidade, após o intervalo existente no pós-Primeira Guerra, do que se viu na Era Progressiva. No entanto ele ressalta que embora haja similaridades a questão central destas duas épocas se distingue. Se no princípio a Era Progressiva vislumbrou uma prosperidade nunca antes vista, com uma classe trabalhadora empregada e com crescente padrão de vida, a ordem do dia que se punha era a partilha desta prosperidade existente entre as várias classes sociais. Além disto, ela sustentou uma resposta para as classes empreendedoras no sentido de limpar o caminho para novas empresas, quebrando os privilégios dos grandes negócios, ampliando as oportunidades, consistindo deste modo em uma glorificação da ordem competitiva (HOFSTADTER, 1955).

Já a questão prevaiente no *New Deal* (1933-1937) era outra: trazer o Governo para restaurar uma prosperidade que se perdera, e evitar crises intermitentes (HOFSTADTER, 1955). Aqui o autor assinala um ponto crítico da divergência: desde o século XIX conviveu-se com depressões econômicas, mas nenhum político teve de assumir a responsabilidade para por a economia nos trilhos. O *New Deal*, por seu turno, marca a história americana como o primeiro movimento reformista em que o Estado se deparou com os percalços de uma economia moribunda e teve de assumir a solução do problema.

Com a Grande Depressão o planejamento econômico foi pauta das mais distintas correntes de pensamento (BALISCIANO, 1998). A coadunação da democracia política com a econômica formaria a base do planejamento: queria-se uma maior distribuição de renda, salários dignos, programas sociais de assistência aos necessitados sem, todavia, enveredar para moldes soviéticos. A autora mostra que, quanto à necessidade de democracia econômica, havia certo desta ser o

objetivo do planejamento econômico. Entretanto, questões acerca da maneira, por quem e até que ponto promover o planejamento, eram os pontos de divergências dos pensadores em torno do tema. Neste sentido ela aponta quatro correntes principais que abordavam o tema, ressaltando a dificuldade em se fazer uma divisão precisa, uma vez que os elementos destas classificações acabam frequentemente se sobrepondo uns aos outros. Estas linhas seriam: o planejamento de gerenciamento social (*Social Management Planning*), planejamento técnico-industrial (*Technical-Industrial Planning*), planejamento de negócios (*Business Economy Planning*), planejamento macroeconômico (*Macroeconomic Planning*).

Quanto a corrente do gerenciamento social de planejamento, a autora mostra que esta acreditava que as ciências econômicas deveriam contribuir para a solução de problemas sociais. Atribuía o problema econômico vivido na Grande Depressão ao sistema econômico ser desordenado e desequilibrado em virtude de se focar puramente no lucro, havendo desequilíbrios setoriais, o que causava inflexibilidade de preços e a subutilização dos recursos nacionais e, logo, consistia em um empecilho para um crescimento contínuo vigoroso. Visava à reconstrução institucional da economia e da vida social ensejando que ela operasse a todo vapor, com a liderança do governo em cooperação com outros agentes econômicos, e com um passo intermediário de medidas distributivas juntamente com a criação de associações de planejamento por parte das indústrias com o fito de supervisionar a produção e preço, sendo a coordenação geral legada a um *National Planning Board*.

No que concerne à corrente de planejamento técnico-industrial, Balisciano (1998) aponta novamente o objetivo da democracia econômica, sendo o problema econômico dado por uma tendência estrutural ao desequilíbrio da indústria e pela falta de um controle racional da mesma, permitindo que se culminasse em um caos econômico. Deste modo eles pregavam o concerto da estrutura industrial e aplicação da gestão científica na mesma, maximizando a produção e cortando os custos desnecessários. Estariam capitaneando sua execução Governo e, sobretudo, técnicos, sendo estes aqueles que deveriam guiar o planejamento e as políticas. Cria-se que com o planejamento e controle das indústrias, poder-se-ia corrigir eventuais desequilíbrios de mercado não deixando a situação se desdobrar em um cenário caótico. Destarte, poder-se-ia incentivar a produção em indústrias chaves para que o aumento de renda e emprego incentivasse o consumo e a manutenção da vida de outras indústrias, por meio de ampliação da demanda.

No planejamento de negócios, o problema econômico consistia no fato de os negócios individuais serem desprovidos de informações, ensejando, por isto, a superprodução e conduzindo a uma situação de deflação e desemprego cíclicos. A solução por eles apontada consistiria em quebrar as leis antitrustes e contra cartéis, de modo que houvesse associação industrial e contratos de preço, ou seja, era a liderança do planejamento feito a partir de indústrias organizadas de maneira organizada, que evitariam superprodução devido à combinação das indústrias, e evitando o efeito de deflação. Tinham, pois, como fundamental que as empresas e indústrias deveriam tomar a dianteira no processo do planejamento dada sua imensa responsabilidade para com vários setores da sociedade, legando também a elas a fundação de uma espécie de seguridade social e, por fim, deixando ao Governo um papel de supervisão (BALISCIANO, 1998).

Por fim, na corrente do planejamento macroeconômico a autora assinala como o problema em pauta o descompasso entre formação de poupança e investimentos produtivos (BALISCIANO, 1998). Por esta via o excesso de poupança levava a uma situação de especulação a qual se desdobrou na Depressão de 29. Como solução apontavam gastos governamentais contracíclicos que deveriam ser realizados para preencher a lacuna de demanda persistente em alguns períodos. Por esta via almejava-se sustentar os níveis de emprego e renda retirando as condições de existência dos perversos ciclos dos negócios (*business cycle*) e conduzindo a uma economia estável e de alto desempenho.

Tendo expostos assim os principais contornos da então “Era da Reforma” de Richard Hofstadter e a pluralidade de pensamentos no tocante à questão do planejamento no entreguerras, verificou-se que do impulso vindo do movimento populista a classe média pegou embalo e tomou as rédeas de um movimento mais amplo e ávido por reformar a sociedade do seu tempo sobre bases técnicas. Neste sentido, e mais precisamente, a Era Progressiva consistiu em um momento de esforço prático e inventivo da chamada “economia moral”, justamente no período em que as ciências sociais se consolidavam como profissão e fundavam seus departamentos e associações, tal como criavam seus periódicos. É a partir deste contexto de fatos e ideias e do despontar daqueles veículos de informação em um momento criativo o qual se estende ao pós-Crise de 29 e voltado para recondução da vida econômica que o interesse do presente trabalho se apresenta.

Propõe-se, destarte, captar nas revistas relevantes de ciências sociais da época: os objetivos dos reformistas com o então importante tema do planejamento econômico; os meios desenhados para sua obtenção; as maneiras como se concebiam a consistência desta prática com a sensível questão da democracia.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais utilizados nesta pesquisa consistem em bibliografia especializada no período histórico em foco, bem como sobre o tema tratado. Além disto, a base de dados JSTOR, bem como periódicos disponíveis na mesma, especificamente das seguintes revistas de ciências sociais: *American Journal of Sociology*, *The Quarterly Journal of Economics*, *The American Economic Review*, *Journal of Political Economy*, *Political Science Quarterly* e *Annals of the American Academy of Political and Social Science*.

Na base de dados acima, procedeu-se uma busca por artigos para análise a qual contou com um filtro demarcando o período de interesse (1890-1945), outro por disciplinas: *business/economics*, *economics*, *social sciences*, *sociology*, e *political science*. Simultaneamente utilizou-se um filtro por tipos de periódicos, demarcando os *journals* e as *reviews*, bem como se afunilou a busca restringindo às revistas acima citadas. Por fim, a palavra chave que demarcou o escopo de artigos foi “*planning*”. Os artigos encontrados passaram por uma triagem que analisou seus títulos e resumos (quando disponíveis) buscando encontrar um potencial de contribuição para pesquisa. Os selecionados foram submetidos à análise com fito de elucidar os questionamentos propostos.

No que tange à técnica bibliométrica, buscou-se a porcentagem da totalidade dos artigos publicados anualmente ao longo do período de pesquisa (1890-1945) nas revistas assinaladas que contendo a palavra “*planning*”. Neste sentido, para cada ano pesquisado procede-se uma busca com filtros das revistas supramencionadas e para apenas aquelas que contenham a palavra em questão. Com o número de artigos encontrados em mãos, procede-se a mesma busca, para o mesmo ano e com o mesmo filtro para as revistas, só que procurando uma palavra simples de modo que a totalidade de artigos publicados naquele ano apareça. Em seguida faz-se uma divisão dos números encontrados e então se acha a porcentagem dos periódicos do ano das revistas assinaladas que continham a palavra “*planning*”. Repete-se o processo até contemplar cada ano do intervalo de tempo em estudo.

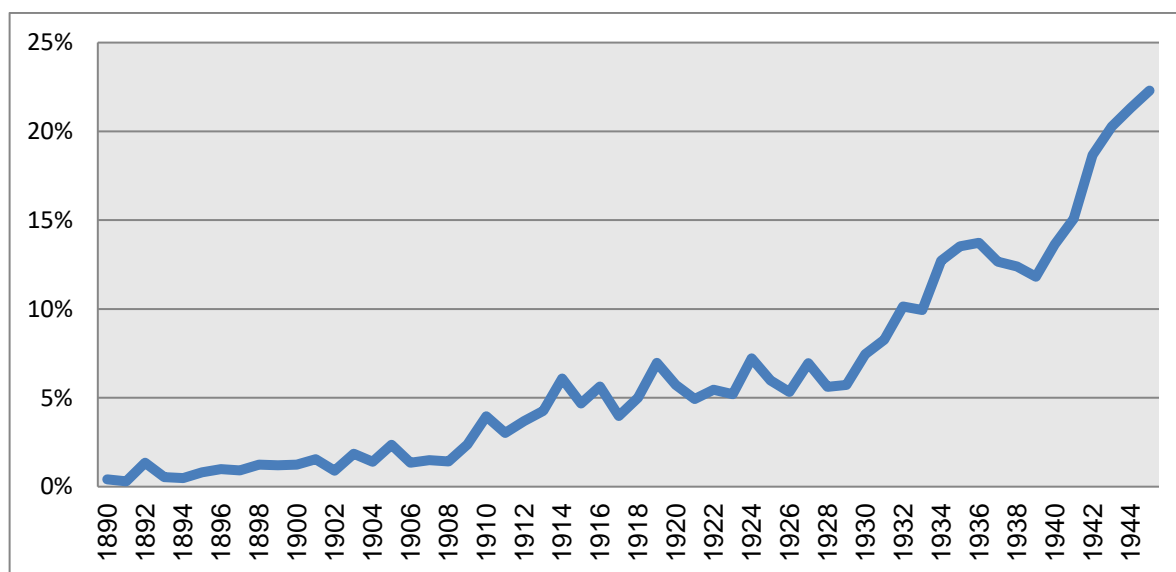
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A RELEVÂNCIA DO TEMA NO PERÍODO ASSINALADO

A partir da seleção dos artigos na base de dados JSTOR e da triagem promovida chegou-se a um total de 54 artigos para análise, e nestes há um predomínio de localização temporal primeiramente na década de trinta (54%) e, em segundo lugar, na década de quarenta (32%).

Buscando compreender tal fenômeno, partiu-se para pesquisa bibliométrica do período estudado procurando delinear a importância do tema planejamento nas ciências sociais, importância esta que por meio da técnica utilizada é revelada de maneira indireta pela porcentagem do total de publicações que tiveram, no caso, a palavra “*planning*” (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – PORCENTAGEM DO TOTAL DAS PUBLICAÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS QUE CONTIVERAM A PALAVRA “*PLANNING*” NO PERÍODO DE 1890 A 1945.



FONTE: elaboração própria com base em JSTOR (2014).

Como se pode notar, o assunto permaneceu muito pouco relevante nos periódicos até o ano de 1908, a partir de então um leve crescimento se verifica na década da Primeira Guerra Mundial, permanecendo quase constante ao longo da década de vinte, fazendo-se imponentemente presente a partir 1929. Deste modo, nota-se que, de fato, a maior concentração sobre o tema planejamento se encontrou nas décadas de trinta e quarenta. Além disto, permite-se vislumbrar que o tema

planejamento teve importância crescente ao longo da Era da Reforma de Hofstadter, atingindo seu ápice justamente em seu termo, no fim da Segunda Guerra Mundial.

4.2 O TRATAMENTO DOS ASSUNTOS NOS PERIÓDICOS

4.2.1 CONSIDERAÇÕES

Planejamento econômico foi abordado não se partindo de qualquer concepção prévia do mesmo, mas sim indo ao encontro do que os próprios autores entendiam sobre o assunto¹. Outro ponto é que nem todos os artigos consultados englobaram os assuntos aqui propostos a serem investigados, total ou parcialmente, e muitos não deram margem para inferências no mesmo sentido.

4.2.2 OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Os objetivos mais comuns apontados pelos artigos se circunscreveram em torno da estabilidade econômica, da ideia de “progresso” ou “prosperidade” – frequentemente abordado como ampliação do bem comum e elevação do padrão de vida, associados ao crescimento econômico, distribuição de renda, e pleno emprego -, e enquanto instrumento para manutenção da democracia (abordado mais detalhadamente na sessão 4.2.3). Vale notar que estes objetivos se mostraram inúmeras vezes interdependentes com diferentes combinações entre os mesmos.

Homan (1932) faz uma classificação em seu artigo “*Planning: The Proposals and the Literature*” acerca de corpos básicos de solução para o problema estabilidade, dentre elas se encontra a reorganização do controle industrial. Para este, o diagnóstico sobre a situação de instabilidade se situava na rigidez presente na estrutura de preços como efeito da concentração industrial e o decorrente poder de monopólio. Como consequência disso a economia não poderia cumprir sua função social, isto é, produzir resultados sociais esperados. Uma das respostas para esta estrutura seria a coerção Governamental. Como uma das vertentes dessa

¹ Balisciano explica a polissemia do termo “*planning*”: “*Planning was a mirror for the pluralism of American society in the 1930s and thus defied precise definition. As such, it was also a mirror for the pluralism of American economics and American economists during those years*” (BALISCIANO, 1998, p. 155).

ramificação ele traz ideias contidas no *World Social Economic Planning* de Lewis Lorwin. Segundo Homan (1932), Lorwin tinha que o planejamento econômico é um sistema de organização econômica em que todo indivíduo, planta industrial ou empresa são tratados como unidades coordenadas como um todo para utilização de todos os recursos disponíveis de modo a obter máxima satisfação das necessidades das pessoas em um dado intervalo de tempo. Prossegue apontando elementos essenciais do planejamento:

1. Dependência de cada unidade produtiva sobre todo sistema;
2. Equilíbrio entre produção e consumo (estabilidade);
3. Existência de um centro unificado que moldaria os propósitos do sistema econômico e decidiria como utilizar suas partes;

Com esta configuração próxima à da corrente de gerenciamento social de planejamento e com traços em comum com a técnico industrial, Blanshard (1931,1932), Tugwell (1928, 1932) e Wolfe (1936) desenvolvem seus artigos:

Para Blanshard (1932), o planejamento foi bandeira erguida dados os descalabros decorrentes da grande Depressão. A instabilidade vivida era fruto da má distribuição de renda, que não permitia a absorção da produção pelos indivíduos. Segundo ele, o “*motive profit*” e o sistema de preços - apanágios do capitalismo - apenas perpetuavam esta condição, levando ainda que o sistema produza o que é lucrativo, e não necessariamente o socialmente desejável (BLANSHARD, 1931).

Similarmente, Tugwell (1932) apontava que, nas condições históricas em que se encontrava, de uma indústria amplamente integrada e com alto grau de coordenação, tecnologia e capacidade produtiva, a busca por lucro gerava ineficiência da alocação de capital². Esta se desdobraria, por um lado, em supercapacidade, e do outro, em falta de investimentos em áreas necessárias, isto é, que cumprem uma função social, estando esses elementos por trás da instabilidade vivida. Além disto, o “*motive profit*” incentivava o “vale-tudo” nos negócios³ Posto isto, Blanshard (1932), Tugwell (1932) e Wolfe (1944) tinham que a solução seria que cada indústria deveria se ligar às demais através do planejamento, tal como numa linha de montagem. Tugwell (1932) acrescenta que se deveria

²O que era demonstrado pela necessidade de ter lucros assegurados (subsídios, seguros, etc) para garantir o retorno da atividade mesmo quando ela não atingisse seu objetivo - fosse eficiente -, o que consistia em um incentivo para criação de uma supercapacidade (*overcapacity*) e representava um desperdício de recursos que poderiam ser investidos em outra atividade cuja necessidade social se fizesse premente (TUGWELL, 1932).

³Termo usado: “*rackets*”, típico da *Gilded Age*, marcado por violência, corrupção, etc.

perseguir uma proporção entre as diversas indústrias que produzisse um resultado tido como ótimo ao mesmo tempo que se deveria garantir poder de compra para que consumo e produção estivessem ajustados. Desta configuração cumprir-se-ia aquele que seria objetivo do planejamento para Lindeman (1932): fazer com que as partes da economia voltassem a ter sua funcionalidade social, com a produção servindo tanto aos envolvidos na produção quanto aos que necessitam do que é produzido.

Como visto, para estes o “*motive profit*” juntamente com uma estrutura econômica onde havia poder de mercado estavam por trás da má distribuição de renda, a qual ensejava poder de compra insuficiente para absorver a produção que, ora era abundante devido às distorções que o próprio sistema criara em torno do lucro, ora escasso em outras áreas de interesse coletivo. Portanto, promover a coordenação centralizada da economia, ou como Blanshard (1931) expressa, o “controle socialista da sociedade”⁴, era a forma de se garantir que produção e consumo andassem ajustados, obtendo a estabilidade, pleno emprego, prosperidade almejados.

Um segundo grupo - majoritário - concordava com o primeiro no sentido de que a estabilidade era o propósito maior a ser perseguido⁵, e que as firmas com poder de monopólio estavam por trás das mazelas vividas ao passo que ensejavam a inflexibilidade de preço, ineficiências na produção bem como o impedimento de uma distribuição adequada da riqueza. Disto resultava a incapacidade da economia de ser conduzida naturalmente ao pleno emprego, que se tornavam então também um objetivo relevante⁶. Entretanto, a atitude do grupo perante a isto era de afirmar a necessidade de conter essas células com poder de mercado bem como coibir atitudes anticompetitivas⁷ crendo na capacidade do *motive profit* e do sistema de preços de bem alocar os recursos. Não obstante, o reconhecimento da necessidade de se manter o poder de compra adequado é uma constante⁸.

⁴Balisciano (1998) afirmava que os “planejadores” de então não visavam a uma condução socialista da sociedade, não obstante Blanshard (1931, 1932) aponta esta necessidade, mantendo o tom da condução econômica próxima ao ideal taylorista aplicado a economia como um todo, como exposto no tipo de planejamento técnico-industrial.

⁵(ALLIN, 1937; ANDERSON, 1940; CHAZEAU, 1945; COYLE, 1939; DICKINSON, 1932; DONHAM, 1932; FLANDERS, 1932; HAAN, 1933; HOOVER, 1940; MERRIAM, 1944)

⁶(CHAZEAU, 1945; COYLE, 1939; HOOVER, 1940)

⁷(ALLIN, 1937; ANDERSON, 1940; CHAZEAU, 1945; HOOVER, 1940; MERRIAM, 1944)

⁸(ALLIN, 1937; ANDERSON, 1940; CHAZEAU, 1945; COYLE, 1939; DICKINSON, 1932; DONHAM, 1932; FLANDERS, 1932; FOSTER, 1932; HOOVER, 1940; MERRIAM, 1944)

Para além da estabilidade e pleno emprego, o planeamento serviria para elevação do padrão de vida da população (CHAZEAU, 1945), conectado também a outros termos como bem-estar e consumo (FOSTER, 1932), ou como forma de harmonizar interesses coletivos com privados, de modo que estes não eclipsassem aqueles (ALLIN, 1937; HERRING, 1935). Deste modo, este segundo grupo se encaixa justamente naqueles moldes expostos por Balisciano (1998) de um grupo que anelava por transformações, mas que não flertavam com a economia planificada.

Um grupo mais marginal – ao menos nos periódicos – aparece composto por dois artigos anteriores à Grande Depressão e por um do fim da Era da Reforma. Neste caso, L.L. Bernard (1922) aponta como objetivo do planeamento o *Social Progress*, assim explicado: “*Many examples of spiritual, moral religious, intelectual, legal, political, economic, and industrial progress might be found. In a way, all of these may be grouped under the more inclusive term, social progress*” (BERNARD, 1922, p.26). Bernard, alinhado com o pensamento tecnocrático da Era Progressiva, aponta que a ciência capitanearia o *Social Progress* de modo a proporcionar os maiores resultados econômicos dado o esforço envolvido, e ao organizar a sociedade – produtiva e politicamente - de maneira a trazer os maiores retornos em termos de bem-estar, estando aqui presente a questão da distribuição da riqueza. Walton Hamilton (1915) também aponta o bem-estar humano e a ideia de maximização da riqueza a partir dos recursos sociais limitados como alvos do planeamento económico. Mais tardiamente Merriam (1944), embora partidário de vários das postulações do segundo grupo abordado, esposaria o “*social progress*” defendido por Bernard, devendo o planeamento incitar a evolução de áreas basilares da indústria e do progresso social, como ciências, tecnologia e gerenciamento, ao passo que estimularia o crescimento económico, a oferta de bens e serviços e, de novo, a partilha da riqueza.

Destarte, é nítido como a questão distributiva e o ímpeto de contenção de firmas monopolistas transpassam a Era Progressiva, anterior a Primeira Guerra Mundial, e se tornam elementos fundamentais na discussão em torno da estabilidade na década de 30. Se antes, entretanto, havia um forte apelo à ética no que concerne a estes temas, o tom que parece permear a discussão dos idos do *New Deal* parece se situar em uma necessidade quase que mecânica do bom funcionamento da economia. Em torno destas duas questões basilares que os dois

primeiros grupos apresentados nesta sessão se colocam, amplifica-se discussão com a inserção da necessidade manutenção do poder de compra, umbilicalmente ligada à necessidade distributiva. Apesar da partilha do mesmo tema, as linhas gerais da coordenação macroeconômica se mostram divergentes, com o primeiro grupo partidário da coordenação centralizada no Governo, e o segundo legando-a ao mecanismo de preço. O terceiro grupo é o que mais se aproxima do fervor progressista, concentrando-se na concepção de um progresso multifacetado capitaneado pela ciência, sem descuidar, entretanto, da perene questão distributiva.

4.2.3 OS MEIOS

4.2.3.1 A VISÃO DE HANS SPEIER E KARL W. KAPP

Para encetar propriamente a discussão em torno dos meios do planejamento, partir-se-á da exposição de 1937 do sociólogo Hans Speier, exposição esta que buscava uma orientação teórica para o planejamento calcada na história (SPEIER, 1937). Speier afirmava que a execução do planejamento transcenderia a esfera econômica abarcando todo o universo humano daqueles envolvidos, como “códigos religiosos e morais, tradições em geral e experiências, aptidões e lealdades, gostos, preconceitos e idiosincrasias”⁹ (SPEIER, 1937, p. 467).

Posto isto, Speier (1937) coloca que a consecução perfeita de um plano deve envolver estes *non-economic facts*, sendo o nível de consentimento (*consent*) frente ao planejamento um bom termômetro destes aspectos, posto que revela um alinhamento da esfera subjetiva de cada um com o plano em questão. Assim, quanto maior o consentimento, maior a facilidade para o plano se estabelecer, e mais: o grau de concordância define o grau de liberdade (SPEIER, 1937).

Com base nestas noções o autor faz uma distinção importante para o restante da análise aqui feita: planejamento direto e indireto (SPEIER, 1937). O primeiro diz respeito a um ajuste vertical frente aos planos, exigindo a participação de todos os envolvidos, de modo que sua cooperação e engajamento individual devem se dar com os olhos mirando o alto.

⁹Tradução própria de: “[...] *their religious and moral codes, their traditions in general and their experiences, their aptitudes and loyalties, their tastes, prejudices, and idiosyncrasies* [...]”

Como exemplo, Speier (1937) apresenta o planejamento que visasse a mecanizar uma agricultura que, até então, houvesse operado sem máquinas. Neste caso, a mecanização depende da cooperação de cada agricultor individualmente, de seu envolvimento em treinamento e reeducação, e “pressupõe o seu consentimento com a nova política em cada fase infinitesimal de sua realização”¹⁰(SPEIER, 1937, p. 468). Deste modo, dita-se em última instância exatamente o que o agente econômico (pessoa ou firma) deve fazer, o que exige um elevado nível de anuência, de difícil obtenção. Este percalço seria contornado por maior controle e coerção, exercidos por educadores, propagandistas, organizadores e polícia, promovendo o ajustamento aos comandos de cima.

Destarte, esta forma de planejar procura conduzir totalmente a ação dos agentes econômicos, atuando em busca de assentimento (atuação dos educadores, propagandistas, etc) dos mesmos e, se não obtém seus resultados via anuência dos agentes, tem em suas mãos instrumentos de coerção. Esta modalidade de planejamento seria típica das autocracias, de modo que as possibilidades de coerção são infindáveis.

Speier (1937) aponta que em uma democracia não há tamanha abundância de meios coercitivos possíveis, de modo que a questão do consentimento tem que ser tomada com maior diligência. Eis que apresenta o planejamento indireto (ou estratégico), o qual atua na mudança das condições em que agem os indivíduos, cabendo a eles se adaptarem a sua maneira. Por esta via não se requer agentes de controle para promover o ajustamento, mas este se dá de maneira difusa, em contraposição à verticalização autocrática, e com a peculiaridade de exigir aquiescência somente nas etapas de deliberação central das medidas. Assim expõe o autor: “Uma vez que o plano é decidido, ele parece para quase todos os indivíduos operar de maneira imperceptível e representa, em qualquer caso, mais uma estrutura para ação do que uma tarefa para construir uma estrutura”¹¹ (SPEIER, 1937, p.468). Deste modo, esta modalidade visa a induzir os agentes a determinados comportamentos, e não os obrigar. Com intuito de ilustrar o planejamento indireto, o autor aponta uma política centralizada de crédito, a qual

¹⁰Tradução própria de: “[...] *presupposes their consent to the new policy in each infinitesimal stage of realization.*”

¹¹Tradução própria de: “*Once the plan is decided upon, it appears to almost all individuals to operate imperceptibly and represents, in any case, a frame for action rather than a task of building up a frame.*”

consistiria em um movimento estratégico central que se desdobraria impactando hábitos de poupança, atitudes frente a investimentos, concepções de sorte, sucesso, etc.

Deste modo, conclui o autor que a diferença entre ambas modalidades não é seus efeitos ao longo da estrutura social, mas sim a forma de adaptação a uma nova condição (SPEIER, 1937). No planejamento direto esta é feita - sobretudo em caso de não aquiescência - através da atuação de agentes públicos e meios de comunicação, enquanto é deixada aos indivíduos no caso indireto.

Tendo em mente esta classificação, observa-se uma similaridade com a análise feita pelo economista Karl W. Kapp (1937), só que não ponderando a harmonia do binômio planejamento-democracia, mas a do planejamento-livre mercado. Em seu texto, o autor busca divisar que tipos de medidas poderiam coexistir com o livre mercado (assim denominado pelo autor), e quais não poderiam.

Kapp (1937) traz como uma das características fundamentais do livre mercado a propriedade privada dos meios de produção – com as consequentes liberdade de empreendimento, de comércio e contrato -, juntamente com a coordenação via mecanismos de preço. Sendo assim, o limite da atuação governamental se dá quando ele toma para si quaisquer das duas características pontuadas sobre o li, ou seja, a propriedade dos meios de produção e/ou a coordenação da economia (KAPP, 1937). Disto deriva o autor que apenas os controles *indiretos* (Kapp usa este adjetivo) por parte do Governo seriam consistentes com o livre mercado, na medida em que estes não ensejariam mutações na estrutura então apresentada. Em contraposição há um controle mais direto, em que o Governo coordena as atividades, o que Kapp chama por *regulações quantitativas*. Embora o limite se situe justamente no entorno da questão do livre mercado, observa-se que a divisão feita pelo autor vai ao encontro da exposição de Speier.

Do lado das medidas indiretas, Kapp (1937) expõe que a maioria das medidas monetárias se enquadraria; legislações trabalhistas como proibição de trabalho infantil, redução de jornada de trabalho; seguridade social; leis de imigração; variações de impostos pelo Governo; taxas aplicadas ao comércio exterior; obras públicas (desde que não visem ao controle sobre determinada indústria) Ora, tais medidas seguem a mesma tônica das medidas de adaptação difusas de Speier, construindo uma estrutura de atuação para os agentes

econômicos, entretanto não dizendo o rumo que deveriam seguir nem forçando a atuação dos mesmos em uma determinada direção¹².

Já no rol das medidas incompatíveis com o livre mercado encontram-se a regulação da oferta de trabalho via políticas de trabalho compulsório; quotas sobre comércio exterior; regulações diretas da produção, como cartéis criados pelo Estado, fechamento compulsório de empresas, regulação direta de preços e quantidades produzidas, nacionalização de setores da economia, etc (KAPP, 1937). Ora, nota-se que a maioria delas envolvem a questão de controlar a atuação individual dos agentes, seja obrigando pessoas a trabalhar, seja forçando o fechamento de suas firmas, seja ditando seus preços e quantidades a produzir.

Afora isto, Kapp parece acrescentar à classificação de Speier que, elementos que limitam as escolhas dos agentes em última instância, como as limitações do *quantum* no comércio exterior – em contraposição à taxaço – também cairiam no elenco das medidas diretas. Um ponto mais questionável na relação de ideias com Speier seria a questão da criação de cartéis estatais e da nacionalização de setores da economia, parecendo mais uma peculiaridade do pensamento de Kapp.

Posto isto, o que este último autor chama por controle indireto se aproxima do planejamento indireto de Speier, o qual seria consistente com a democracia, e no qual o ajustamento é difuso, com cada unidade – indivíduo ou empresa – o fazendo a seu modo dada uma mudança numa posição central estratégica. Já as regulações quantitativas também se aparentam com o planejamento direto, o qual exige um ajuste vertical, em que os agentes econômicos devem agir de uma maneira pré-determinada em observância ao plano, ao que Kapp acrescenta o elemento da limitação da escolha última do agente e a questão da participação direta do Governo em indústrias ou setores da economia. Doravante, a partir destas concepções de Speier expandidas pelos elementos apontados por Kapp é que se referirão as expressões “planejamento direto” e “planejamento indireto”.

¹²Aqui apenas com um desconto para as questões trabalhistas elencadas, ao passo que limitam o uso do fator trabalho.

4.2.3.2 CONFLUÊNCIAS

Antes de tratar propriamente das divergências de medidas do planejamento direto e indireto, considerar-se-á uma questão comum a ambos levantada em alguns dos periódicos: o gradualismo. Este aparece no sentido de que não se poderia implementar um planejamento de maneira abrupta. Dada a necessidade do consenso exposta anteriormente, Lindeman (1932) - defensor do planejamento democrático (consensual, indireto) - expõe que, com o propósito de se rumar para uma economia conscientemente planejada, dever-se-ia se valer das instituições¹³ então já consolidadas no curto-prazo e assim rumar para transformação total da cultura¹⁴. Do mesmo modo, Blanshard (1932) aponta para uma introdução pacífica e gradual, enquanto Wolfe (1944) pontua o caráter de longo-prazo da mudança. Tugwell (1932), por sua vez, depois de ilustrar como seriam as diretrizes de uma economia totalmente planificada, expõe que seria saudável em um primeiro momento apenas trazer o aconselhamento técnico para dentro do jogo político, sendo as benesses do planejamento somente logradas quando ele fosse inteiramente instaurado. Entretanto, autores de ambos os lados apontam que antes de instaurar o planejamento haveria uma necessidade de mudança estatutária, constitucional.

Assim, Tugwell (1932) aponta a necessidade desta mudança de modo que tais condigam com o planejamento, pois, a configuração então reinante se referia a uma estrutura pensada em torno do *laissez-faire*. Dentro do grupo de defensores da democracia, demandar uma sociedade planejada no contexto de então seria como “[...] incitar um leopardo a mudar suas manchas¹⁵ [...]” (HERRING, 1935, p.139). Lewis Lorwin (1935), Pendleton Herring (1935) e Wallace Donham (1932) apontaram a urgência de primeiro reconfigurar a democracia para que ela pudesse devidamente recepcionar o Estado que planeja. Estas questões serão tratadas com maior esmero nas sessões a seguir.

¹³Para Pessali e Dalto (2010), instituições são estruturas sociais dotadas de certa permanência e inércia que balizam a ação humana. Portanto, instituições se apresentam de diversas formas, através do compartilhamento por parte de uma sociedade de regras de condutas, valores, hábitos, formas de pensamento, códigos jurídicos, teorias, estruturas organizacionais, etc.

¹⁴“A planning program, on whatever scale initially attempted, implies a desire to change the total cultural pattern, ranging from ways of performing work, distributing income, enjoying leisure, to appreciating the arts.” (LINDEMAN, 1932, p.14).

¹⁵Tradução própria de: “[...] to urge a leopard to change his spots [...]”.

No que toca às questões distributivas e de manutenção de poder de compra, pontos confluentes dos diagnósticos das instabilidades vividas, remédios tais como pensões, seguro saúde, seguro desemprego, em suma, seguridade social, foram apresentados também por membros de quaisquer modalidades de planejamento¹⁶, reforçando o caráter voltado à democracia econômica exposta por Balisicano (1998). Afora estas confluências encontradas, analisar-se-ão os meios referentes à cada uma das modalidades descritas por Speier e Kapp.

4.2.3.3 PLANEJAMENTO DIRETO

Tendo em vista a modalidade do planejamento direto, Rexford Tugwell ilustra de maneira emblemática a concepção de planejamento: “[...] *a process of predicting and making it come true* [...]” (TUGWELL, 1932, p. 85), asserção esta que complementa exemplificando com a *Gosplan* (Comissão Nacional de Planejamento) soviética, a qual descreve com detalhes em seu artigo de 1928. Vislumbra-se aqui que o Governo Federal deveria assumir as rédeas da coordenação econômica por completo, guiadas inteiramente pelas mãos dos especialistas posto que se concebia viver em um contexto de uma indústria integrada a tal ponto que, para Paul Blanshard (1931), já não cabia separar Indústria e Governo, mas concebê-los como um todo orgânico. Ora, estas configurações se aproximam da corrente de gerenciamento social de planejamento como também guarda traços em comum com a técnico industrial apontadas previamente dentro do pensamento de Balisciano.

No que toca às questões distributivas e de manutenção de poder de compra, para além da seguridade social, Tugwell (1932) e Blanshard (1932) exibem o controle de preços como forma de ensejar poder de compra suficiente para o ajuste do consumo à produção. Tugwell (1928) reconhece que os russos utilizavam os preços não só como medida, mas também como instrumento capaz de levar a ganhos coletivos, sejam eles ampliar a eficiência, aumentar o padrão de vida, ou mesmo incentivar a produtividade agrícola para que ela viesse a gerar excedentes, os quais se faziam vitais para industrialização almejada de então¹⁷.

¹⁶(BLANSHARD, 1932; CHAZEAU, 1945; DICKINSON, 1932; SWEEZY, 1942; TUGWELL, 1932)

¹⁷“*Nothing increased my own respect for the Russians more than their use of prices to achieve a perfectly practical result once I began to understand the facts and their intentions*” (TUGWELL, 1928, p.182).

O controle da margem de lucro também aparece como política, de modo que parte deste lucro fosse investido em atividades tidas como importantes, ensejando uma eficiência alocativa do capital (TUGWELL, 1932).

Neste contexto de planejamento direto, posto por Speier como típico de autocracias, aparece Wolfe (1944). Defensor da democracia e da propriedade privada e que, no entanto, cria que a iniciativa privada deveria abrir mão de parte de sua liberdade em função de um bem maior, delegando ao Governo à coordenação econômica e com o fito de perseguir os mesmos intentos mostrados pelos autores já mencionados. Além dessa peculiaridade, Wolfe (1944) insere a questão do conflito distributivo como algo inerente a sociedades baseadas na divisão do trabalho. Como solução a essa questão ele traz, além da necessidade de se alimentar um senso de responsabilidade coletiva, a criação de agências que visassem ao ajuste dos conflitos entre diversas indústrias e grupos. Estas agências são questão mais frequente no planejamento indireto (democrático) abordados na próxima sessão.

4.2.3.4 PLANEJAMENTO INDIRETO

Embora a questão do consentimento exposta por Speier (1937) é colocada como algo de menor relevância para o planejamento indireto, alguns autores frisam como a pedra angular do mesmo, o que os leva a advogar em favor de medidas formativas do público, sobretudo quando consideram o caráter participativo que o planejamento democrático engendra.

Hilda W. Smith (1935) expõe que a educação seria a única base sólida para mudança social. Ela defende que o controle social implica em ter indivíduos informados e inteligentes, com direito à participação absoluta em questões regionais e nacionais¹⁸. Lindeman (1932), no contexto do planejamento, assoma ao papel dos engenheiros e economistas o papel daqueles que dominam a arte de condicionar o comportamento humano, de certa forma reafirmando o que fora exposto por Speier: *“planning is not merely an engineering or an economic task, but also a psycho-social one”* (LINDEMAN, 1932, p. 16).

Neste mesmo sentido, Bernard (1922) traz a necessidade de manipulação de instituições formativas de modo a trazer consciência de questões da sociedade e

¹⁸Explicando o tipo de controle social ao qual se referia: *“the type of social control which gives free and responsible participation to all the people”* (SMITH, 1935, p. 4).

da moral, aqui destacando o papel da disseminação dos estudos das ciências sociais como parte deste processo. Ele cria que, com uma população melhor formada, surgiriam mais iniciativas de criação de programas em direção ao *social progress*, bem como mudanças legislativas e administrativas, sem contar que tal conhecimento consistiria em uma blindagem às pressões políticas que, por ventura, viessem desvirtuar a perseguição nacional do progresso social.

Como exposto, o elemento participativo aparece como chave no que concerne ao planejamento democrático. Para Charles Merriam (1944), o planejamento não era algo que se impunha, mas fruto, dentre outras coisas, do conflito de ideias. Ele aponta ainda que o plano deveria ser fruto de uma atividade cooperativa entre indústria, trabalho e agricultura, realizada através de agências de empresas públicas e privadas. Allin (1937) segue na mesma direção e aponta que o planejamento sem participação dos envolvidos não funcionaria, o que próprias eleições confirmariam. Ele aponta, pois, que o planejamento seria um processo de aperfeiçoamento iterativo entre especialistas e o público envolvido.

Para Allin (1937), o planejamento também vinha a calhar no sentido de reforçar a democracia na medida em que harmonizaria interesses públicos e privados, situação esta que ocorreria pelo que ele entendia por processo democrático, qual seja: “[...] *collective persuasions and inducements democratically determined* [...]” (ALLIN, 1937, p.519). Semelhantemente, Lorwin (1932) visava mitigar os problemas de conflitos de classe através da criação de um sistema de representação de grupos de interesse os quais estariam subordinados à uma decisão final do Governo, que por sua vez atuaria no sentido de estudar em que áreas tais conflitos seriam irremediáveis e em quais alguma forma de ajuste seria possível.

Assim, o planejamento democrático relevava de algum modo, e sob variadas intensidades, a participação dos grupos envolvidos. Isto poderia se dar seja por consulta de representantes de tais grupos no momento da formulação das medidas/leis, seja na eleição dos congressistas e na manutenção de seu poder de dizer “sim” ou “não” e arguir, seja na iniciativa difusa dos próprios cidadãos.

Não obstante, como exposto na sessão das confluências das modalidades do planejamento, Lewis Lorwin (1935), Pendleton Herring (1935) e Wallace Donham (1932) falavam da necessidade de adaptar primeiramente a democracia de então de modo a harmonizar com o intuito do planejador.

Para Lorwin (1935) e Donham (1932), a democracia trazia dificuldades inerentes a si no que diz respeito ao planejamento, dentre elas a falta de conhecimento e lentidão na tomada de decisão pelo Congresso. Frente a isto, Lorwin (1935) sugeriu equipá-lo com um comitê técnico permanente ao qual caberia estudar de maneira contínua os problemas econômicos bem como influenciar soluções partindo de sua expertise. Este comitê levaria para o Congresso seus pareceres a partir de uma visão global do estado das coisas, ensejando tomadas de decisões mais esclarecidas. Este mesmo papel seria cumprido pela *Central Thinking Agency* de Donham (1932), com o friso de que os membros não teriam nenhuma forma de poder a não ser a credibilidade de seus conhecimentos.

Herring (1935) tinha que a democracia deveria representar o interesse público, e não de minorias, o que ocorria então. Neste sentido, um dos primeiros passos vislumbrados pelo autor seria o aumento do poder presidencial, de modo que ele pudesse contrabalancear as minorias do Congresso. Concomitantemente, ele admoestava a criação de uma burocracia competente e independente, a qual teria como um de seus papéis a elaboração das medidas presidenciais. Nesta perspectiva, Herring (1935) reconfiguraria o papel do Congresso com este modo de elaboração de leis e com o aumento do poder presidencial, cabendo ao congresso funcionar “[...] como uma inspeção dos atos da administração¹⁹ [...]” (HERRING, 1935, p. 146). Por estes meios, proteger-se-ia o interesse público das minorias não só com um executivo mais robusto, mas também com a armadura da tecnicidade.

A burocracia então referida de suporte a ação presidencial seria um Conselho Nacional Administrativo (HERRING, 1935). Lorwin (1935) também concebera tal órgão em paralelo ao comitê do Congresso e, de acordo com Leeds (1939), este Conselho centralizado era a tônica da época. Embora este autor aponte a predominância de uma concepção de caráter aconselhador (*advisory*) desta entidade (LEEDS, 1939), observa-se nos artigos que seu papel e, por conseguinte, o papel dos especialistas, abrangeram não só esta função de aconselhamento, mas também perpassaram a possibilidade de elaboração de leis e medidas, mas nunca retirando do Congresso o poder de vetar seus atos. Assim o Conselho era uma unanimidade, mas não se poderia dizer o mesmo da extensão de sua autoridade. Para além destas configurações, as atividades delegadas ao Conselho Econômico

¹⁹Tradução própria de: “[...] as a check on the action of administration [...]”.

diziam respeito também: coleta de dados, elaboração de estatísticas, planejamento de recursos naturais, moldagem da opinião pública, estudo e aconselhamento de políticas econômicas (LEEDS, 1939). Balisciano pontua a importância desses comitês e conselhos dentro da modalidade do planejamento macroeconômico, previamente apresentado:

“An essential ingredient of “popular” macroeconomic plans in the 1930s was a planning and research board (inside government but composed of policy makers, business leaders, and technicians—especially economists) to gather and disseminate information about the aggregate levels of macrovariables such as employment and consumer spending that would be useful to both public and private planning” (BALISCIANO, 1998, p. 164).

Aqui a modalidade de planejamento macroeconômico apontado por Balisciano (1998) desponta, e tendo como peculiaridade ser a modalidade cujos traços se encontram mais puros dentre seus partidários e cuja representatividade é marcadamente maior do que as demais nos artigos analisados.

Observa-se dentro desta linha que, com o fito de ensejar a partilha da riqueza bem como poder de compra suficiente de modo a permitir tal economia de fluxo contínuo, falava-se por ora, para além da seguridade social, em: elevação de impostos para alguns segmentos²⁰, política fiscal expansionista²¹, manutenção de um nível adequado de circulação de moeda²², Flanders (1932) ainda acrescentaria aumento de salários e diminuição de carga horária de trabalho. Nota-se que tais medidas se encontram naquele rol supramencionado de medidas compatíveis com o livre-mercado de Kapp (1935) - medidas do planejamento indireto.

No que toca à questão dos monopólios, os autores pouco elaboram sobre a forma que o controle ou eliminação de firmas com poder de monopólio e sindicatos deveriam ser feitas.

4.2.3.5 CONCLUSÃO ACERCA DOS MEIOS

Não obstante suas diferenças fundamentais, as correntes oriundas divisões da análise de Speier e Kapp partilhavam do diagnóstico das moléstias econômicas vividas, do gradualismo na introdução do planejamento, da necessidade de

²⁰(COYLE, 1939; FLANDERS, 1932; FOSTER, 1932; SWEEZY, 1942)

²¹(CHAZEAU, 1945; COYLE, 1939; DICKINSON, 1932; FOSTER, 1932; SWEEZY, 1942)

²²(CHAZEAU, 1945; FLANDERS, 1932; FOSTER, 1932; SWEEZY, 1942)

mudança estatutária e constitucional para recepcionar o Estado que planeja, da seguridade social enquanto um dos remédios necessários.

Nota-se nos periódicos que, no tocante exclusivamente àquele contexto plural delineado por Balisciano, o planejamento indireto fora a modalidade mais presente, sobretudo sob a forma do planejamento macroeconômico, em detrimento da marginalidade do tipo direto, o qual se manifestou sob formas sobrepostas da corrente de gerenciamento social com a técnico industrial.

O indireto tinha como essência forjar, por meio de suas medidas, um molde nos quais os indivíduos deveriam se ajustar a sua maneira, e rechaçava qualquer controle que ditasse expressamente preços e quantidades. Desta forma, as políticas em direção aos objetivos de estabilidade e progresso se concentraram, para além da seguridade social, em torno das medidas fiscais, monetárias. Tal modalidade de planejamento se viu vinculada aos que tomavam democracia como um valor intocável.

Uma marca deste planejamento democrático foi a participação, em diferentes intensidades e modos, dos cidadãos e grupos de interesse envolvidos pelo ato de planejar. No que tange aos corpos administrativos responsáveis, houve grande consenso no tocante à ideia de um Conselho Nacional, bem como às atividades por ele desempenhadas. Entretanto, em torno do tamanho de sua autoridade vislumbrou-se dissenso.

4.2.4 COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO COM A DEMOCRACIA

Para os autores que defendem a compatibilidade do planejamento com a democracia, não obstante esta harmonia, a forma e os limites da mesma se mostraram plurais, condicionadas a distintas concepções acerca da democracia.

Observou-se, por exemplo, uma consistência que ocorreria se um *hard core* democrático fosse mantido intacto. Tal foi o caso de Lewis Lorwin (1935), o qual asseverava que tal núcleo duro consistia na liberdade política (determinar de tempos em tempos a política que o governo segue), liberdade de escolher representantes, liberdade de expressão, e o princípio de escolha pela maioria (assentimento por parte de minorias em relação à decisão tomada pela maioria). Portanto, para esta visão, pode-se depreender que tanto o planejamento direto quanto o indireto poderiam existir se tal núcleo fosse respeitado.

Herring (1935) tinha que a democracia deveria representar o interesse público, e não o de minorias, e sendo o planejamento uma demanda social, caberia à democracia aquiescer. Além disto, na medida em que o próprio planejamento ensejaria maior prevalência do interesse público, ele corroborava com a instituição democrática. Uma aproximação semelhante se verificou com Merriam (1944), para o qual a questão da intervenção do estatal é avaliada pelo desejo da população de que o Governo se ocupe de alguma tarefa. Entretanto, tal autor é enfático de que esta ingerência só se justificaria enquanto ensejasse um efeito líquido positivo no grau de liberdade dos indivíduos e, logo, uma ampliação dos ideais democráticos (MERRIAM, 1944). Portanto, visões como essa tinham um tom de seguir a vontade popular.

Eugene Czenner (1935) apresentou uma abordagem distinta da temática. Ele separou a Estrutura política (Bolchevismo, Nazismo, Fascismo, etc) do sistema econômico (Socialismo, Nacional Socialismo, Capitalismo controlado pelo Estado, etc). Assim, poder-se-ia alterar a ordem econômica de um país sem ferir os preceitos democráticos.

Em um sentido distinto, aparece a aproximação feita por A.B Wolfe (1944). Para ele, o planejamento era vital para a democracia, pois esta se mostrava como a única doutrina consistente com o valor de se ter o ser humano enquanto um fim em si mesmo. Neste sentido, Wolfe (1944) amplifica o sentido de democracia como concebido ordinariamente. Para ele a democracia era composta de quatro aspectos: político, civil, ético e econômico. A democracia política encerra o sentido encontrado no senso comum, dizendo respeito à possibilidade de se escolher representantes. À democracia civil cabiam os valores da liberdade individual e da igualdade perante a lei. Já a democracia ética concebia a alocação dos recursos de tal modo a produzir o maior bem possível. Relacionada a esta se encontrava a democracia econômica, a qual consistia em promover a igualdade de oportunidade (WOLFE, 1944). Assim, esta visão encontrava no planejamento um meio de a democracia se fazer valer em suas diversas facetas.

Coyle (1939), por sua vez, descreve um algoritmo que define se um país é democrático ou não. Se o peso admitido para a parte monopolística da economia isto é, com capacidade de controlar a produção de alguma forma (via preço ou

quantidade) fosse maior que a porção capitalista, ter-se-ia socialismo/fascismo²³; do contrário, um país livre.

Por fim, Chazeau, Donham, Foster, Hoover vêm reafirmar o que fora anterior delimitado no tocante ao que é lícito ao planejamento fazer de modo que permanecesse consistente com a democracia, isto é, falam sobre as medidas indiretas por eles defendidas. Dentre este rol de medidas, Chazeau (1945), Donham (1932), Foster (1932), Hoover (1940), tratam daquelas por eles advogadas afirmando que não afetariam em nada a tradição de livre iniciativa e liberdade. A partir disto Foster (1932) e Donham (1932) dão continuidade expondo que medidas indiretas não afrontariam a democracia ao passo que não eliminariam a coordenação via preços de mercado, ao que Donham (1932) acrescenta que, tampouco, extinguiriam a capacidade do congresso de tomar decisões. Por fim, a seguinte citação resume a ideia destes autores:

“The plan I propose is American to the core. It is not based on terror or tyranny or spies or secret police or bureaucracy; it requires no change in human nature, no new incentives to individual effort; it requires no sacrifice of our traditions. It is based on individual initiative and reward and freedom of enterprise; it does not dictate to anybody what he shall produce or whom he shall hire or what wages he shall pay or what prices he shall charge” (FOSTER, 1932, p. 57).

Postas estas visões, além de diferentes concepções sobre democracia e distintos encaixes desta com o planejamento, observou-se que ambos estabeleceram relações uni e bidirecionais, no sentido de que ora um era pressuposto para que o outro ocorresse, ou aparecia enquanto um reforço ou, no mínimo, possibilitava a sua existência.

²³Para Coyle (1939), oposto do capitalismo seria quando houvesse um *general production control*, caracterizado pelo controle direto - anteriormente caracterizado - centralizado nas mãos de Conselhos de Indústrias ou cartéis. Aqui podendo os negócios serem privados ou não (fascismo ou socialismo). O autor faz oposição de dois binômios: *Capitalism-Competitive Business* vs. *Monopoly-Big Business*, sendo o primeiro marcado pela competição via eficiência e, o segundo, via poder financeiro e/ou político, ao que ele atribui aos regimes fascistas/socialistas.

5 CONCLUSÕES

A partir do presente trabalho, conclui-se que os periódicos de ciências sociais se concentram em torno do tema do planejamento econômico sobretudo a partir da década de 30, trazendo a estabilidade econômica e o progresso material, com suas questões correlatas, como os alvos prediletos. Para alcançá-los, o planejamento deveria ser introduzido de maneira gradual, sendo o de modalidade indireta mais presente e compatível com a democracia, compatibilidade esta que se deu com diferentes encaixes, sobretudo em função da polissemia atinente ao referido sistema político. Encarnado sobretudo sob a forma de planejamento macroeconômico, o planejamento indireto buscava influenciar a economia de maneira indutiva, sem jamais controlar diretamente a atitude individual de pessoas físicas ou jurídicas, tendo na política fiscal, monetária e na seguridade social seus principais instrumentos. Nestes moldes pró-democráticos, a participação dos grupos de interesse envolvidos pelo ato de planejar se mostrou condição necessária, e a concepção de um Conselho Nacional se mostrou forte, cabendo a ele estudar os problemas econômicos, produzir e disseminar informações acerca do país, aconselhar o legislativo e até elaborar leis e medidas. Entretanto, em torno do tamanho de sua autoridade vislumbrou-se dissenso. Posto isto, concorda-se com a visão de Balisciano quanto à tônica do entreguerras se dar longe da configuração soviética, consistindo em uma combinação de democracia política e econômica. No que tange à pluralidade de correntes, embora elas se apresentem visíveis, há uma preferência pela modalidade específica do planejamento macroeconômico.

6 REFERÊNCIAS

- ALLIN, Bushrod W. *Is Planning Compatible with Democracy?* **American Journal of Sociology**, Chicago, v.42, n.4, p.510-520, jan. 1937. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2767709>>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- ANDERSON, Benjamin M. Jr. *Governmental Economic Planning. The American Economic Review*, Los Angeles, *Supplement, Papers and Proceedings of the Fifty-second Annual Meeting of the American Economic Association*, v.30, n.1, parte 2, p.247-262, mar. 1940. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1814502>>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- BALISCIANO, Marcia. *Hope for America: American Notions of Economic Planning between Pluralism and Neoclassicism, 1930-1950. History of Political Economy*, Carolina do Norte, v.30, p. 153-178, 1998.
- BERNARD, L. L. *The Condition of Social Progress. American Journal of Sociology*, Chicago, v.28, n.1, p.21-48, jul, 1922. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2764644>>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- BLANSHARD, Paul. *A Plea for Social Control and Ownership. Annals of the American Academy of Political and Social Science*, New York, *The Insecurity of Industry*, v.154, p.78-84, mar. 1931. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1017913>>. Acesso em: 12 set. 2014.
- BLANSHARD, Paul. *Socialist and Capitalist Planning. Annals of the American Academy of Political and Social Science*, California, *National and World Planning*, v.162, p.6-11, jul. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1018650>>. Acesso em: 15 set. 2014.
- CAVALIERI, Marco A. R. **O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano: Um Ensaio Sobre o Pensamento e o Tempo de Thorstein Veblen**. 2009. 459 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/economia/.../Marco_Antonio_Ribas_Cavaleri.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2013.
- CHAZEAU, Melvin G.. *Employment Policy and Organization of Industry after the War. The American Economic Review*, Tennessee, v.35, n.4, p.629-639, set. 1945. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1809382>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- COYLE, David C.. *Social Control of Production. Annals of the American Academy of Political and Social Science*, California, *Government Expansion in the Economic Sphere*, v.206, p.121-125, nov. 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1022428>>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- CZENNER, Eugene. *Political Structure and Economic Order. Annals of the American Academy of Political and Social Science*, California, *Socialism*,

Fascism, and Democracy, v.180, p.102-105, jul. 1935. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1019187>>. Acesso em: 07 set. 2014.

DICKINSON, Frank G. *The Mountain and the Valley: A Few Notes on Economic Planning*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *National and World Planning*, v.162, p.141-147, jul. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1018670>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DONHAM, Wallace B. *Can Planning Be Effective without Control?* **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *National and World Planning*, v.162, p.1-5, jul. 1932. Disponível: <<http://www.jstor.org/stable/1018649>>. Acesso em 27 jul. 2017.

EDWARDS, Rebecca. ***New spirits: Americans in the gilded age***. Reino Unido: Oxford University, 2006.

FLANDERS, Ralph E. *Limitations and Possibilities of Economic Planning*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *National and World Planning*, v.162, p.27-35, jul. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1018653>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FOSTER, William T. *Planning in a Free Country: Managed Money and Unmanaged Men*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *National and World Planning*, v.162, p.49-57, jul. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1018656>>. Acesso em: 13 set. 2017.

HAAN, Hugo. *Scientific Management and Economic Planning*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *The International Labor Organization*, v.166, p.66-74, mar. 1933. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1018788>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

HAMILTON, Walton H. *Economic Theory and "Social Reform"*. **Journal of Political Economy**, Chicago, v.23, n.6, p.562-584, jun. 1915. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1820938>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

HERRING, Pendleton. *A Prescription for Modern Democracy*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *Socialism, Fascism, and Democracy*, v.180, p.138-148, jul. 1935. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1019192>>. Acesso em: 07 set. 2014.

HOFSTADTER, Richard. ***The age of reform***. New York: Knopf, 1955.

HOMAN, Paul T. *Economic Planning: The Proposals and the Literature*. **The Quarterly Journal of Economics**, Reino Unido, v.47, n.1, p.102-122, nov. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1885187>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

HOOVER, Calvin B. *Economic Planning and the Problem of Full Employment*. **The American Economic Review**, Tennessee, *Supplement, Papers and Proceedings of the Fifty-second Annual Meeting of the American Economic Association*, v.30, n.1,

parte 2, p.263-271, mar. 1940. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1814503>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

KAPP, Karl W. *Economic Regulation and Economic Planning*. **The American Economic Review**, Tennessee, v.29, n.4, p.760-773, dez. 1939. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1804163>>. Acesso em: 28 set. 2014.

KOZAK, Andrew F.; STABILE, Donald K. **Markets, planning and the moral economy: business cycles in the Progressive Era and the New Deal**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2012.

LEEDS, Morris E. L. *Political Economy and the Industrialist*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *Democracy and the Americas*. v.204, p.72-79, jul. 1939. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1021448>>. Acesso em: 12 set. 2014.

LEONARD, Thomas. *American Economic Reform in the Progressive Era: Its Foundational Beliefs and Their Relation to Eugenics*. **History of Political Economy**, Tennessee, v.41, n.1, p.109-141, 2009. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/4134963>> Acesso em: 12 set. 2017.

LINDEMAN, Eduard C. *Planning: An Orderly Method for Social Change*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *National and World Planning*, v.162, p.12-18, jul. 1932. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1018651>> Acesso em: 03 set. 2017.

LORWIN, Lewis L. *The Plan State and the Democratic Ideal*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *Socialism, Fascism, and Democracy*, v.180, p.114-118, jul. 1935. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1019189>>. Acesso em: 07 set. 2014.

MERRIAM, Charles E. *The Possibilities of Planning*. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.49, n.5, p.397-407, mar. 1944. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/2770476>>. Acesso em: 24 set. 2014.

MEYER, Gerhard. *Note on Technological Trends and Social Planning*. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 43, n. 6, p. 951-963, mai. 1938. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/2768690>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

PESSALI, H.; DALTO, F. **A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: O papel das instituições**. Belo Horizonte: Nova economia, v.20, n.1, p. 11-37, 2010.

ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science**. New York: Cambridge University Press, 1991.

SMITH, Hilda W. *Workers' Education as Determining Social Control*. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *Education for Social Control*, v.182, p.82-92, nov. 1935. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/1020431>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SPEIER, Hans. *Freedom and Social Planning*. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.42, n.4, p.463-483, jan. 1937. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2767706>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SWEEZY, Alan R. Planning Against Postwar Depression. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, California, *Labor Relations and the War*, v.224, p.175-182, nov. 1942. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1023004>>. Acesso em: 07 set. 2017.

TUGWELL, R. G. *Experimental Control in Russian Industry*. **Political Science Quarterly**, New York, v.43, n.2, p.161-187, jun. 1928. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2143299>>. Acesso em: 30 set. 2014.

TUGWELL, R. G. *The Principle of Planning and the Institution of Laissez Faire*. **The American Economic Review**, Tennessee, *Supplement, Papers and Proceedings of the Forty-fourth Annual Meeting of the American Economic Association*, v.22, n.1, p.75-92, mar. 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1813950>>. Acesso em: 30 set. 2014.

WIEBE, Robert H. **The search for order: 1877-1920**. New York: Hill & Young, 1991.

WOLFE, A. B. *Economy and Democracy*. **The American Economic Review**, Tennessee, v.34, n.1, p.2-20, mar. 1944. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1813719>>. Acesso em: 27 set. 2014.